



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 158

145ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Teruo Kato..... 11

Dep. Jocelito Canto..... 12

Dep. Edgar Bueno..... 12

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno..... 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

Redação Final 21

3ª Discussão 21

2ª Discussão 21

1ª Discussão 21

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 30

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 30

Diretoria Geral

Portarias 39

Publicações Administrativas:

Contrato de Fornecim. de Açúcar... 39

DIÁRIO Nº 158

145ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 145ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

05 DE DEZEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibeli, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e

Pedro Ivo (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Carlos Simões e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 438, 442, 443, 444, 445, 446 e 452 Anote-se/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs

429/07: De autoria do Deputado Luiz Nishimori que, institui o Prêmio Kasato Maru, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15675. **Anote-se - Arquivo-se.**

548/07: De autoria do Deputado Luiz Nishimori que, denomina de Prefeito Anésio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé, que liga as rodovias PR-317 e PR-548, o qual convertido em Lei tomou o nº 15676. **Anote-se - Arquivo-se.**

447/07: De autoria do Deputado Pedro Ivo que, da nova redação ao inciso I, do artigo 4º, da Lei nº 10671/93, o qual convertido em Lei tomou o nº 15677. **Anote-se - Arquivo-se.**

288/07: De autoria do Deputado Luiz Nishimori que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Joaquim Romero Fontes, o qual convertido em Lei tomou o nº 15678. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/07: De autoria do Deputado Nereu Moura que, dispõe que, considerando a junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta, no município de Inajá, o novo estabelecimento de ensino será denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 15679. **Anote-se - Arquivo-se.**

501/07: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, denomina Governador Leonel Brizola a ponte sobre o Rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em Lei tomou o nº 15680. **Anote-se - Arquivo-se.**

463/07: De autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara que, dispõe que serão agraciados com o título de Emérito Professor, os integrantes do Quadro do Magistério Estadual que, ao se aposentarem, tiveram prestado pelo menos 2/3 do seu tempo de serviço em prol da Educação, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15681. **Anote-se - Arquivo-se.**

707/07: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15695. **Anote-se - Arquivo-se.**

564/07: De autoria do Deputado Luiz Malucelli que, dispõe sobre utilização de materiais de expediente confeccionados em papel reciclado, pela Administração Pública Estadual, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15696. **Anote-se - Arquivo-se.**

783/07: Do Poder Executivo que, dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 15600/07, o qual convertido em Lei tomou o nº 15697. **Anote-se - Arquivo-se.**

604/07: Do Poder Executivo que, autoriza o estado do Paraná a participar dos Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos que específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15698. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/07: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná, efetuar doação do imóvel que específica ao município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 15699. **Anote-se - Arquivo-se.**

524/07: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que específica ao município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 15700. **Anote-se - Arquivo-se.**

677/07: Do Poder Executivo que, cria, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, os cargos de provimento em comissão que específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15716. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 417/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 376/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 418/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 461/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 419/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 170/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 420/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 421/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 660/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 422/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 436/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 223/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 437/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 471/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 439/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 221/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 440/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 420/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 441/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 503/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1251/07-OE da Sra. Regina Afonso Portes - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do acórdão nº 8144, proferido nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 399509-7, do Foro Central da comarca da região metropolitana de Curitiba, em que figuram como autor o Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamentos e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná - SINDEPARK-PR e interessados o estado do Paraná e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2877/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia das principais peças do Processo nº 254715/02-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá - APPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2879/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia das principais peças do Processo nº 429721/03-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá - APPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2123/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que solicita informações sobre as cobranças de taxas de segurança do FUNRESPOL dos estabelecimentos comerciais no município de Araucária. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº 2917/07/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde - em exercício, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita informações acerca dos gastos com a construção de hospitais com recursos originados exclusivamente do orçamento estadual. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1980/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita informações acerca da matéria publicada pelo jornal O Estado do Paraná, no qual a Secretaria de Saúde estaria encontrando dificuldades para a implantação dos novos leitos de UTIs em Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2079/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que solicita informações acerca dos livros didáticos usados na rede de ensino pública estadual. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 379/07

SÚMULA:

Sugere a construção de uma escola de 5ª a 8ª série, no Parque Alvarado-II, no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção de uma escola de 5ª a 8ª série, no Parque Alvarado-II, no município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação do município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 380/07

SÚMULA:

Propõe especial atenção à necessidade de atendimento emergencial de Campo Mourão e região.

Ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que a Secretaria de Estado da Saúde dispense especial atenção à necessidade de atendimento emergencial de Campo Mourão e região.

II - Por solicitação da Câmara Municipal de Campo Mourão que nos encaminhou ofício relatando a situação complicada em que se encontram, pede-nos empenho em sensibilizar esta Secretaria de estado para que libere uma unidade de UTI Móvel de Suporte Avançado - SAV, para o município e região.

III - Tal solicitação tem a finalidade de dar o primeiro atendimento para tentar reduzir o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro imediato.

IV - O atendimento desta indicação trará enormes benefícios a toda a nossa comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 381/07

SÚMULA:

Propõe especial atenção às necessidades de atendimento do Colégio Estadual São Luiz Gonzaga E.F.M. de Mamborê - zona rural.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Especial atenção às necessidades do Colégio Estadual São Luiz Gonzaga E.F.M. de Mamborê - zona rural, que necessita com urgência de manutenção, reformas e benfeitoria.

II - Pedimos a sua inclusão no rol das escolas estaduais a serem contempladas com recursos para a recuperação de suas instalações que, segundo informações dos próprios professores do colégio, desde a sua construção, que se deu em 1984, nunca recebeu recursos para a sua manutenção e que se continuar desta forma, em breve, as paredes podem até mesmo, vir abaixo.

III - Em ofício nos encaminhado, os professores apontam que além das paredes em mal estado de conservação, a rede elétrica está oferecendo perigo aos alunos, professores e funcionários, pois a falta de recursos para a sua manutenção tem levado a este cruel quadro.

IV - O mesmo ofício nos relata que o encanamento do prédio está com debilidades evidentes e os vazamentos aumentam, comprometendo cada vez mais o seu funcionamento.

V - Notícia recentemente divulgada pelo site www.diadiaeducacao.pr.gov.br relacionou as quase 600 escolas contempladas com recursos para este fim e mais uma vez o Colégio Estadual São Luiz Gonzaga ficou de fora, esquecido e abandonado.

VI - Certos da justa causa que propomos, esperamos a sensibilização de nossos administradores para a solução de tão importante tema ao qual se aguarda o atendimento.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3643

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento a Mesa Executiva, requerendo voto de protesto ao advogado Eudes Martinho Rodrigues por ter agredido covardemente o cinegrafista Humberto Vendramel da Rede Paranaense de Comunicação - RPC.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3637

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Horley Tadeu Casali, ocorrido no último dia 30 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à Sra. Erdi Elwanger Casali, mãe do Sr. Horley, com endereço na R. Brasil, 948, Centro de Campo Mourão CEP 87301-140.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Horley Tadeu Casali nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 30 de novembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pessoa de destaque na sociedade mourãoense, empresário, idealista, amante da natureza e do esporte,

patrocinava a mais de 11 anos a equipe de atletismo de Campo Mourão, através de sua empresa. Filho de família tradicional e pioneira de Campo Mourão.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3638

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Dondaque Rezende da Silva, ocorrido no último dia 28 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à Sra. Maria Oliveira da Silva, com endereço na R. 01, nº 297, Jardim Copacabana CEP 87310-020, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. João Dondaque Rezende da Silva nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 28 de novembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pessoa de destaque na sociedade mourãoense, foi eleito Vereador (terceiro mais votado) para as legislaturas de 1982 e 1988. Casado a 55 anos o Sr. João foi funcionário público municipal onde foi administrador do Mercado Municipal de 1977 a 1982. Membro ativo da Igreja Congregação Cristã do Brasil, sua atuação como Vereador destacada principalmente, pela defesa ao pequeno agricultor.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3642

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta

Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Honório Tosawa, ocorrido no último dia 29 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à Sra. Noemia Santos, viúva, com endereço na R. Laurindo Borges, nº 1771 CEP 87310-020, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Honório Tosawa nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 29 de novembro de 2007, que deixa eternas saudades.

Pessoa de destaque na sociedade mourãoense, empresário, pioneiro, atuava no ramo da informática, prestando serviços de programação e assistência para dezenas de empresas em Campo Mourão. Atualmente estava como membro nas diretorias da ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão e do Sindicato Patronal do Comércio. Antes de se mudar para Campo Mourão atuava no grupo Votorantim em São Paulo.

Em 1987, ele foi convidado e aceitou implantar o sistema de informática no Grupo Cometa de Campo Mourão e em parceria com o atual Presidente do Sindicato Patronal do Comércio, Nelson Bizoto, montou na cidade a empresa Siscampo, que ele administrava até agora.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3628

Senhor Presidente:

“Uma oportunidade muito especial!”, é o lema do Show Rural COOPAVEL para o ano de 2008. Trata-se de evento tradicional que vem se realizando na cidade de Cascavel, desde 1989. Em 2008 se completam 20 anos de boas informações e tecnologias partilhadas entre milhares de participantes e agropecuaristas que a visitam.

Nestas últimas duas décadas o Show Rural COOPAVEL contribuiu de forma significativa promovendo a agricultura sustentável das hortaliças à fruticultura, da produção diversificada ao meio ambiente, do biodiesel à agricultura familiar, da avicultura caseira à apicultura, do artesanato à organização das propriedades rurais (divulgação).

Com sua atenção centrada nesses temas, o importante evento tem buscado e conseguido maiores resulta-

dos para o setor agropecuário, com enfoque na diversificação de produtos tanto na agricultura quanto na pecuária, aplicando modificações genéticas que fazem ampliar a produtividade com menores custos.

Exemplos como estes precisam ser exaltados e merecem as congratulações da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 3630

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão voto de congratulação à Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, pela realização, no dia 01 de dezembro de 2007, do concurso Miss Nikkey & Miss IMIM-100 do Paraná. O evento contou com participantes de todo o Paraná e elegeu a mais bela Nikkei do estado do Paraná, e foi sucesso de público e de organização, razão pela qual esta Casa de Leis se sente honrada em louvar a iniciativa e destacar o trabalho exemplar dos organizadores.

REQUER à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao presidente da ACEMA, Sr. Eduardo Suzuki, na Av. Kakogawa, nº 50, em Maringá, CEP 87025-000.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3635

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao Resort Hotel Termas de Jurema, pelo prêmio nacional recebido da Revista Viagem e Turismo 2007.

A revista brasileira Viagem e Turismo anunciou os vencedores da edição 2007 dos Prêmios Viagem. É com grande mérito e destaque no que toca à hotelaria, na categoria resort de campo, selva e termas, o Resort Termas de Jurema conquistou o 2º lugar nacional e o 1º lugar no sul do Brasil.

O Prêmio Viagem foi criado em 2001. Os vencedores são escolhidos pelos votos dos leitores da revista Viagem e Turismo, tendo a redação da revista também direito a voto.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à administração do hotel na Av. Goioere, nº 3525, Caixa Postal, nº 38, CEP 87302-070 Campo Mourão/PR.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo Resort Hotel Termas Jurema que

tem de forma brilhante levado o nome de nosso estado ao reconhecimento nacional.

Com início das atividades datada em 1968 o hotel hoje possui 322 funcionários para receber hóspedes de todo o Brasil, MERCOSUL e até alguns oriundos de países da Europa e da Ásia. Segundo estatística do próprio Resort, somente no último ano passaram mais de 100.000 pessoas pelo hotel.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática administrativa a uma empresa paranaense sempre representará um orgulho para todo o nosso estado e, sem dúvida alguma, a nossa querida Termas Jurema representa com toda a sua excelência e qualidade profissional e exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3636

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Dr. José Eugênio Maciel, pela marca inédita na imprensa mourãoense da publicação da coluna de número 1.500.

O Dr. Maciel alcançou na data de 02 de dezembro de 2007 a marca inédita na imprensa mourãoense da publicação da coluna de número 1.500 (milésima quingentésima). Começou a escrever a sua coluna a partir de 1988, sempre aos domingos e na página 2 do Jornal Tribuna do Interior. Nas suas colunas dominicais, o Dr. Maciel escreve, as vezes inspirado pela emoção, outras pela razão, com toques de polêmica e pitadas de humor, além dos costumeiros trocadilhos.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Dr. José Eugênio Maciel em seu endereço residencial à R. Prefeito Devete Paula Xavier, nº 755, apartamento nº 606, CEP 87302-190, em Campo Mourão; e, também, ao Jornal Tribuna do Interior na R. Roberto Brzezinski, nº 842, CEP 87301-110, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pelo Dr. José Eugênio Maciel que tem de forma brilhante dividido o seu conhecimento com toda a população mourãoense e da região.

Sociólogo, professor, palestrante, ex-Vereador, advogado e membro da Academia Mourãoense de Letras, o Dr. Maciel é membro de destaque na sociedade que o reconhece pela seriedade, competência e elevadíssimo poder educacional e pedagógico. O atingimento desta marca inédita na imprensa mourãoense, da publicação da coluna de número 1.500, é a prova inequívoca de seus atributos.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prá-

tica social do Dr. Maciel sempre representará um orgulho para o município de Campo Mourão e para toda a região e, sem dúvida alguma, a sua regularidade e constância representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Ipiranga, através de seu Prefeito, Sr. Luiz Carlos Blum, pelas comemorações, no dia 07 de dezembro, do aniversário de 113 (cento e treze) anos de emancipação político-administrativa do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, R. XV de Novembro, 545, CEP 84450-000, Ipiranga, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3632

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao jornal O Estado do Paraná, na pessoa de seu colunista, advogado e jornalista Célio Heitor Guimarães.

Célio Heitor Guimarães, é bacharel em Direito, formado pela Universidade Federal do Paraná, iniciou escrevendo no vespertino A Tarde, depois passou pelos periódicos, O Dia, Última Hora e O Estado do Paraná, onde escreve todos os domingos, dentre tantos escritos destacamos uma No tempo do sereno. Também na área jornalística foi editor-chefe de um semanário desta capital muito popular nos anos 60 e 70, dedicado à programação da televisão TV Programas, fez também Guiatur, Directa, Programas, Curitiba Shopping e outras publicações de destaque na época. Pertenceu ao quadro dos funcionários públicos da administração estadual por 35 anos, foi Assessor Jurídico, Diretor e Subsecretário Geral do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Ventania.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo tipo Van, no valor de R\$ 82.410,00, conforme ofício e proposta de venda anexos, para a APAE do município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto

Plenário, REQUER após aprovação desta Casa de Leis, envio de ofícios aos Srs. Roberto Requião, Governador do Estado; Rogério Tissot, Secretário de Estado dos Transportes e Rubens Ghilardi, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, solicitando a realização de novos estudos de engenharia para a retomada da execução do projeto Hidrovia do Rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A transformação do leito do Rio Ivaí em via navegável partindo de Porto Camargo, município de Icaraíma, na divisa natural do Paraná com o Mato Grosso do Sul. Compreendendo a construção de barragem em Três Figueiras, no município de Mirador, permitirá a ligação com o município de Doutor Camargo.

A execução desse projeto representa a composição do sistema Paraná-Tietê.

O complexo rodo-hidro-ferroviário representa importante integração entre Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Estudos anteriores citados pelo ex-Prefeito maringense e ex-Deputado Federal, o médico Said Ferreira, davam conta que a extensão da Hidrovia do Ivaí é de 237 Km e o custo seria de US\$ 240 milhões.

Pelo presente documento, encareço às autoridades requeridas, a devida atenção ao pleito em questão, pelo que representa o projeto da Hidrovia do Ivaí, quanto ao transporte de mercadorias, o suporte ao turismo, o oferecimento de energia elétrica além da oportunidade de irrigação de grandes extensões de lavouras localizadas às margens do mais extenso rio de águas internas do estado, o nosso Ivaí.

Cumpra esclarecer ainda, que a ponte Governador Antonio Anibelli, entre as cidades de Santa Mônica e Tapira e inaugurada pelo Governador Roberto Requião foi construída com a altura apropriada à passagem de barcos e navios, obedecendo ao projeto inicial da Hidrovia do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 3627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Coronel Nemésio Xavier de França Filho - Comandante-Geral da PM, solicitando com a máxima urgência que seja construída uma Escola de Formação de Soldados da Polícia Militar no município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa e aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 846/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro no município e comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Alvorada é uma associação civil, sem fins econômicos, de direito privado, com sede e foro na Comarca de Curitiba - estado do Paraná e funcionando na R. Pioneiros, 15 - bairro Uberaba.

Tem por finalidade precípua promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores pertencentes à Associação.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando a favor de seus associados, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 847/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefone, o chamado telemarketing, obedecerão às normas estabelecidas nesta lei para o atendimento ao cliente.

Art. 2º Os serviços referidos nesta lei deverão ser prestados com a devida agilidade, evitando-se a espera do cliente na linha e, no caso de necessitar de transferência para o outro setor, que ela seja feita uma única vez.

Art. 3º Os operadores de telemarketing deverão se identificar, no ato de atendimento, pelo nome, sobrenome e número de matrícula que lhe identifique.

Parágrafo Único. O número de matrícula referido no *caput* desse artigo deverá ser fornecido e administrado pela empresa que fornece o serviço e/ou produto ao consumidor, ficando sob sua responsabilidade a veracidade da informação.

Art. 5º O contato telefônico a ser estabelecido com o consumidor, para os fins do disposto nesta lei, salvo expressa anuência deste, só poderá ser realizado no horá-

rio compreendido das 09 às 20 horas em dias de semana, e das 10 às 19 horas em finais de semana.

Art. 6º Os operadores de telemarketing deverão fornecer, a pedido do consumidor, endereço para o qual poderão ser encaminhadas correspondências solicitando informações, reclamações e cancelamento de serviços.

Art. 7º O desatendimento às disposições trazidas por esta lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de:

I - 300 (quinhentas) UFIRs, quando se tratar de primeira infração;

II - 600 (seiscentas) UFIRs, se verificada a reincidência.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa regulamentar a prestação de serviços de compra e venda por telefone o chamado telemarketing.

Mencionado serviço, muito difundido na atualidade, muitas vezes vem ultrapassando o limite da razoabilidade, submetendo consumidores a situações vexatórias, deixando-os esperando na linha por tempo excessivo e realizando seus serviços em horários inconvenientes.

Diante disso, demonstra-se necessária a iniciativa do Poder Legislativo a fim de coibir mencionados abusos.

A Constituição Federal assegura a competência dos estados para estabelecerem medidas que visem à melhoria das condições estabelecidas nas relações de consumo, responsabilizando os que desatenderem aos seus preceitos, *in verbis*:

Art. 24. *Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

VIII - *responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.* (grifei)

Verifica-se ainda que a competência relegada aos estados pode ser exercida pelo Poder Legislativo, vez que não se trata de hipótese de competência privativa do Governador do Estado, às quais estão expressamente arroladas no artigo 87 da Constituição Estadual.

Por derradeiro ressalte-se que a presente proposta legislativa em nada contrapõe-se ao estabelecido pela legislação federal, em especial a lei nº 8078 de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, servindo em verdade, para melhor atender os preceitos por ela trazidos. Senão vejamos.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece em seu artigo 6º:

Art. 6º *São direitos básicos do consumidor:*

(...)

III - *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;*

IV - *a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;*

VI - *a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.* (grifei)

Destarte, o projeto de lei está em conformidade com a mencionada lei na medida em que objetiva proteger o consumidor de uma publicidade abusiva, bem como de uma prestação de um serviço realizado de forma inadequada, propiciando também a efetiva prevenção e reparação a eventuais danos causados ao consumidor, vez que estabelece sanção aos descumprimentos dos dispositivos por ele abarcados.

É nesse sentido que, verificado o pleno atendimento do projeto de lei aos ditames legais e constitucionais a ele atinentes, solicito o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação da presente proposta legislativa nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 848/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual para a Associação de Produtores Rurais - APR de Joaquim Távora, com sede e foro no município Joaquim Távora.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais de Joaquim Távora é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover assistência social, cultural e econômica de seus associados bem como os munícipes daquela localidade.

Constituída em 22 de junho de 2004, portanto há mais de 03 anos, já recebeu o reconhecimento público do município, através da Lei Municipal nº 984/06, pelas atividades já desenvolvidas.

Para que o APR - Associação dos Produtores Rurais de Joaquim Távora possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 849/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário - INDEP, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário - INDEP é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo acompanhar e desenvolver programas e/ou projetos de transferência de tecnologia nas áreas de produção agropecuária, bem como executar programas de certificação e identificação bovino e bubalino de acordo com as normas estabelecidas pelo SISBOV, visando garantir a segurança dos alimentos produzidos.

Para que o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário - INDEP possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Solicito a V. Exa. uma cópia do acórdão que a Deputada Cida Borghetti acaba de ler, em que a Desembargadora Regina Portes expediu uma determinação. Gostaria de ter cópia, porque estou tendo um apreço muito especial por esta Desembargadora.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem foi divulgado pela imprensa o resultado de uma avaliação feita na educação, o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos, feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Estivemos avaliando os resultados deste programa e verificamos que foram avaliados vários itens: matemática, ciências e leitura. No quesito leitura a Coreia do Sul foi classificada em 1º lugar e o Brasil em 49º. Em matemática o 1º classificado foi Taiwan e o Brasil ficando em 54º lugar. Em ciências classificou em 1º a Finlândia, o

Brasil ficando em 52º lugar, de 57 países que foram avaliados. Isso demonstra uma preocupação da qualidade da educação em nosso país, e principalmente a diferença que existe entre uma escola pública e uma escola particular. Só para se ter uma idéia, se fosse considerar somente as escolas particulares, o Brasil estaria classificado em 27º lugar.

Isso quer dizer que a escola particular no Brasil tem uma diferença enorme em relação a escola pública. Dos países da América do Sul que foram avaliados, quem teve a melhor avaliação foi o Chile, ficando 10 posições acima do Brasil. E o Chile conseguiu melhorar a sua educação aumentando investimento na área e também aumentando o tempo dos alunos nas escolas.

A Finlândia, que tem se destacado em todas as áreas, tem investido também bastante na educação: investe 6.1% do PIB, enquanto que o Brasil investe 3.9% do PIB.

Na Finlândia, para que o professor da educação básica possa dar aulas nas escolas, é preciso ter título de Mestre.

Gostaria de passar a vocês uma entrevista de uma Diretora de Educação da USP, Universidade de São Paulo, dada à Folha de São Paulo a respeito deste assunto. Então, a Folha pergunta: “O que o PISA, esta avaliação, mostra?” A Dra. Sonia Penin, que é da USP, diz o seguinte: “O PISA mostra a calamidade da escola pública brasileira”. E na outra pergunta: “A educação tem piorado?” Ela diz o seguinte: “Não dá para comparar a educação de hoje com a de antigamente”.

Uma outra pergunta foi feita: “Quais são os problemas mais comuns e graves?” “Tem um problema que é objetivo”, ela diz, “tempo de estudo, tempo de exposição à aprendizagem. Além disto, ainda ocorre que nestas 4 horas que os alunos ficam nas escolas, eles não têm aula, por ausência do próprio aluno, por ausência do professor ou até por não existir professor”.

Vejam a gravidade do nosso problema. E daí pergunta para essa Diretora se este é o maior problema. Ela coloca também que além destes problemas, falta valorização e capacitação dos professores, e também precisa-se de uma maior capacitação dentro da escola aos professores, diretores e todos os envolvidos. Sobre a responsabilidade dos pais, ela diz também que “pesquisas mostram que escolas com participação dos pais têm melhores resultados”.

Portanto, Deputadas e Deputados, a educação já tem demonstrado que é o caminho para as grandes transformações. Todos os países que hoje despontam como primeira potência, chegaram nesta condição pelo investimento feito na área da educação.

Então, é neste sentido que eu trago esta importante avaliação, para que todos reflitam e que possam, cada vez mais, defender a bandeira da educação pública aqui no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O segundo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto, a quem concedemos a palavra.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este dia, para comemorar um dado importante, ontem tivemos a oportunidade de nos reunir com o Presidente mundial da Bolie. A Bolie vem a ser uma grande empresa, uma das maiores fabricantes de carpete do mundo, e que tem mais de 150 fábricas no mundo.

Ontem, quando estivemos com o Presidente da Bolie, que tem uma fábrica no Brasil e está posicionada no distrito industrial de Ponta Grossa, e ela foi colocada em Ponta Grossa no período em que estávamos Prefeito de Ponta Grossa. Para alegria nossa, ontem, conversando com Stefan Cool, que é o Presidente da Bolie do Brasil, a empresa, hoje, mensalmente repassa aos cofres do estado uma importância de aproximadamente quase meio milhão de ICMS ao estado do Paraná.

Veja a importância desta fábrica que está hoje em Ponta Grossa e que, além de gerar a dignidade social de muitas famílias, de gerar empregos, cria oportunidade para que o município possa receber mais arrecadação de ICMS, como está recebendo hoje. Ponta Grossa, a partir do nosso Governo em 1997, constituiu-se na terceira cidade em arrecadação de ICMS, portanto, passando até as grandes cidades do estado do Paraná e uma dessas empresas é exatamente a Bolie do Brasil, que hoje, com a sua fábrica em Ponta Grossa, além da geração de empregos, ela gera tributos e gera também a oportunidade de a própria cidade buscar a sua capacidade de endividamento.

Por outro lado, também disse o Presidente, um fato importante é que os seus funcionários de Ponta Grossa são dos melhores, a nível internacional, no que se refere às fábricas que ele tem em todo o mundo, o que nos deixou animados. Outro dado curioso é que poucas pessoas deixaram a fábrica desde a sua abertura em Ponta Grossa, o que demonstra que a empresa vem fazendo um grande trabalho social dentro da empresa. Por isso, é um registro válido, que é a geração de empregos.

Para finalizar, dizer que na segunda-feira pretendo trazer mais alguns documentos para incentivar esta Casa a continuar buscando a CPI dos Cartórios. A CPI dos Cartórios - recebi mais algumas informações no dia de hoje e outros documentos que ainda estou analisando - dá conta que alguns apadrinhados têm alguns cartórios, e bons cartórios. Apadrinhados de quem são esses que são proprietários de cartórios, e que dá uma grana boa?

Na próxima semana trarei novos documentos. Quero deixar à disposição aqui o meu e-mail se alguém quiser passar algum documento, porque tem muita gente que gostaria de participar, mas às vezes de repente tem problemas, porque é o Poder Judiciário. Está na hora de

alguém enfrentar o Poder Judiciário. Já que certos segmentos não querem enfrentar, vamos nós enfrentar e acho que esta Casa tem o dever, a obrigação de fazer essa CPI dos Cartórios. Está aparecendo uma porção de coisas que realmente vão mexer com muita gente grande. Tem muitos apadrinhados mamando nas tetas do dinheiro público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria pedir a V. Exa., porque recebi aqui só o expediente. Queria receber o documento oficial da eminente Desembargadora Dra. Regina Portes, uma grande Desembargadora. Queria receber a sentença oficial que ela proferiu e não só o resumo, porque isso não chega a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Mandarei imediatamente ao gabinete do Presidente para ver se lá se encontra e V. Exa. receberá até o fim da Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno, no Pequeno Expediente.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradecer V. Exa. pela compreensão e também ao Deputado Marcelo Rangel. Não foi nem o problema de elevador, mas eu estava atendendo lideranças do interior, na sala dos fundos, e não vi que passou tão rápido assim a chamada do Pequeno Expediente.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que amanhã em todo Brasil os pedetistas celebram a passagem do 31º ano da morte do ex-Presidente João Belchior Marques Goulart, falecido em 06 de dezembro de 1976, durante o exílio na Argentina. João Goulart foi Ministro do Trabalho, herdeiro político do Presidente Getúlio Vargas, representou com brilhantismo todas as gerações de políticos que contaram também com brasileiros do porte de Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Alberto Pasqualini e tantos outros valores exemplos de homens públicos que marcaram época em defesa do nosso país e dos brasileiros. Em nome dos demais Deputados do PDT saudamos a todos os amigos e militantes do trabalhismo de Getúlio, Jango e Brizola, que por esse

imenso Brasil haverão de concretizar as justas homenagens do Partido Democrático Trabalhista.

Sr. Presidente, também gostaria de registrar aqui um encontro do PDT no sábado passado, aonde recebemos muitas lideranças, entre elas alegria de termos recebido lá o Deputado Nelson Justus, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Valdir Rossoni, o Prefeito de Curitiba Beto Richa e o Deputado Federal Abelardo Lupion, do DEM, além de outras lideranças. Também registrar aqui as caravanas que vieram do interior, a militância do nosso partido. Agora, depois do evento da fidelidade partidária, o PDT se fortaleceu e passou a ser o 5º partido no ranking nacional, em número de filiados no ranking nacional. Essa questão da fidelidade elevou, todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas sabem que muitos, não vou nem chamá-los de oportunistas, mas muitas pessoas se filiam ao partido que é o melhor para se eleger, e no outro dia vão para um partido muitas vezes ligado ao Governo, ligado a grandes estruturas. E isso era moda no Brasil, não é só no Paraná, mas no Brasil era assim, e ainda é assim, até o advento da fidelidade partidária.

Agora o partido vai crescer, o PDT está estruturado para eleger mais de 100 Prefeitos, além de tantos Vereadores no estado do Paraná. Antes tínhamos apenas 40, mas mais de 20 se entregaram para partidos adversários ao nosso, mesmo sendo do partido, mas se entregaram por algum motivo que eu não vou citar aqui, mas isso enfraquecia o partido, o partido perdia a identidade, as pessoas se elegiam por partidos e no outro dia viravam as costas. A partir deste momento tenho certeza absoluta de que os partidos estarão fortalecidos e ajudando a dirigir.

Fizemos o encerramento, Srs. Deputados e Sra. Deputada Rosane, fizemos o encerramento para fazer uma avaliação do que aconteceu no ano, e também estamos elaborando um projeto que vale para 2008 e um projeto que vale para 2010, Deputado Anibelli. Vamos procurar estar juntos com os partidos que estarão juntos também em 2010. Quem vai disputar a Prefeitura, ou a vice, ou só a bancada de Vereador? Isso vamos discutir em junho do ano que vem, mas vamos procurar estar próximos, ou fortalecendo, ou sendo fortalecidos por partidos que na nossa organização de 2010 estarão juntos para disputarmos o Governo do Estado do Paraná com o nosso candidato que é o Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, estou entrando com um requerimento de congratulações para a COOPAVEL de Cascavel, do nosso amigo Presidente Dilvo Groli. E faço questão de ler aqui o requerimento de congratulações que apresentei à Mesa, Sr. Presidente.

(Lê):

Uma oportunidade muito especial!”, é o lema do Show Rural COOPAVEL para o ano de 2008. Trata-se de evento tradicional que vem se realizando na cidade de Cascavel, desde 1989. Em 2008 se completam 20 anos de boas informações e tecnologias partilhadas entre milhares de participantes e agropecuaristas que a visitam.

Nestas últimas duas décadas o Show Rural COOPAVEL contribuiu de forma significativa promovendo a agricultura sustentável das hortaliças à fruticultura, da produção diversificada ao meio ambiente, do biodiesel à agricultura familiar, da avicultura caseira à apicultura, do artesanato à organização das propriedades rurais (divulgação).

Com sua atenção centrada nesses temas, o importante evento tem buscado e conseguido maiores resultados para o setor agropecuário, com enfoque na diversificação de produtos tanto na agricultura quanto na pecuária, aplicando modificações genéticas que fazem ampliar a produtividade com menores custos.

Exemplos como estes precisam ser exaltados e merecem as congratulações da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.07.

(a) EDGAR BUENO

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Sras. e Srs. Deputados receberam um folder desse grande acontecimento agropecuário de Cascavel. É uma das maiores organizações do Brasil. Hoje tem recebido agropecuaristas e pequenos agricultores de todos os cantos deste país.

Temos recebido caravanas de outros países que vêm para conhecer esse novo mundo, as novas opções tecnológicas, as modificações e oportunidades que se dão para o plantio, enfim, para o meio ambiente.

Esse exemplo da COOPAVEL tem que ser seguido e prestigiado.

Quero aproveitar para fazer um convite a todos os Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero me somar ao seu pronunciamento. Esse show rural é um show para o mundo. De fato, é o que tem de melhor em tecnologia, tanto para o agronegócio de grande porte, como para os pequenos agricultores. É uma referência para o planeta. Ali tem as melhores inovações tecnológicas que existem no Brasil.

Parabenizo a COOPAVEL e V. Exa. pelo pronunciamento. Participo de todos os eventos do show rural e sempre tem novidade para quem trabalha com a roça, com o agronegócio e com a pequena propriedade, não pode deixar de participar. E a autoridade que incentiva esse segmento não pode faltar também, porque ali se aprende muito. Vale a pena ficar lá 2 dias, pelo menos, para conhecer tudo, porque é muito grande.

Tenho certeza que todos os Deputados desta Casa darão uma passada por lá, porque vale a pena.

Muito obrigado!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputado Elton Welter.

Relembrando a data, de 28 de janeiro a 1º de fevereiro. É importante dizer que recebemos muitos Ministros.

É importante dizer que quando o Lerner era Governador ele foi a todos os shows rurais. É importante dizer que o Governador Roberto Requião foi a todos os shows rurais. Espero que o Governador possa comparecer neste também. A Comissão de Agricultura da Câmara Federal já marcou reunião no show rural e estará presente. Então, as mais diversas autoridades estarão prestigiando o nosso show rural, que vai acontecer de 28 de janeiro a 1º de fevereiro.

Queria repetir aqui, Deputado Reni, que é um show rural, mas é um show visual. As pessoas que lá vão se encantam com aquilo que vêem. As pessoas que vão para ficar um dia ficam dois, porque realmente é um show que não dá para comparar, não tem no Brasil. Não tem no Brasil algo parecido com o show rural promovido pela COOPAVEL. Está de parabéns o nosso amigo e competente Presidente da COOPAVEL, o Dilvo Grolli, por ter tido essa capacidade organizacional, essa capacidade de unir a cidade em torno dessa grande promoção que é o show rural.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero lhe cumprimentar, o senhor como Deputado do oeste do Paraná é um legítimo defensor da cidade de Cascavel nesta Casa. Como o Deputado Elton Welter falou, o show rural é um orgulho de todo oeste do Paraná e do próprio Paraná, que tem uma exposição e uma feira desse porte. Quero lhe cumprimentar pelo pronunciamento, mas quero também adicionar um pouquinho.

A única coisa que poderia ser melhor, até para evitar o constrangimento e a perda de tempo que milhares de visitantes têm, seria se a rodovia já estivesse duplicada, pelo menos até ali na entrada da FERROESTE, também no perímetro urbano de Cascavel, porque tenho certeza que V. Exa., como legítimo defensor de Cascavel, sabe que, muitas vezes, aquilo que estava no contrato das concessões de rodovias poderia estar, hoje, gerando tanto desenvolvimento à cidade de Cascavel e a outras tantas cidades, como Toledo, Céu Azul, se já tivéssemos duplicado a rodovia 277, conforme previsto no contrato.

Esse show só não é maior e, certamente, poderia estar concorrendo com a EXPOINTER do Rio Grande do Sul, se tivéssemos a duplicação do trecho urbano de Cascavel, pelo menos até a entrada da FERROESTE.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito bem lembrado, Deputado Reni Pereira. Agradeço a V. Exa. por esse brilhante aparte que vem enriquecer a nossa discussão. Você traz um ingrediente importantíssimo para ser tratado aqui.

A rodovia tem obrigação e compromisso, e por tudo aquilo que cobram deveriam ter duplicado de Medianeira à Cascavel. O índice de acidentes é diário lá. V. Exa., que é da região de Foz do Iguaçu, sabe muito bem que não chega a 10% de Medianeira até Foz do Iguaçu o índice de acidentes que acontecem de Medianeira até Cascavel.

Se eles tinham que fazer esse investimento e ainda não fizeram, no mínimo, que tivessem a sensibilidade de fazer essa duplicação do trevo Cataratas até o evento, que não passa de 3 quilômetros, para que pudéssemos ter mais tranquilidade, porque as filas são quilométricas no dia do show rural. V. Exa. lembrou de um assunto que é preocupação do município de Cascavel, da COOPAVEL, deve ser do Governo do Estado e principalmente da Rodovia das Cataratas, que tem esse compromisso, eles estão com o cofre cheio de dinheiro, porque não é possível você pagar os valores que você paga de pedágio, nos dias de hoje, e eles não terem o dinheiro para fazer os investimentos necessários para dar mais segurança, mais tranquilidade à população. Não sei se eles não têm. Acho que não querem, que falta vontade, que falta determinação. Acho que eles têm uma tutela muito forte da Justiça que os protegem e não sabemos porquê. A causa é do povo, do agricultor, de quem trabalha, de quem produz e é explorado nas rodovias.

V. Exa., Deputado Reni, traz um tema muito importante e vamos fazer com que chegue até a diretoria da Rodovia das Cataratas essa preocupação, para que eles comecem a tomar providências para minimizar para este ano e, quem sabe, para o próximo show, eles já pudessem ter duplicado essa parte, principalmente do perímetro urbano de Cascavel até o evento, que é na 277.

Fica aqui o convite a todos os Deputados e Deputadas, para que possam conhecer o show rural, assim como o Deputado Caíto Quintana, que tem ido a quase todos os eventos. Gostaria de contar com a sua presença também na próxima.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Fiz questão de vir aqui ao centro, para prestigiar os Vereadores da cidade de Toledo, Valtair Apolinário, que é Presidente da Associação de Câmaras do Oeste do Paraná; a Vereadora Florinda de Oliveira, que também é daquela cidade; e a Vereadora Cristiane, da cidade de Lobato. Sejam bem-vindos. É uma honra tê-los, aqui, acompanhando a Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência sente-se honrada com a visita, bem como dos companheiros Vereadores de Goioerê, Mário Paraíba e Agostinho Parron; e de Munhoz de Mello, Ronaldo Adriano Sarri.

Grande Expediente:

Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Marcelo Rangel, agradecendo a sua boa vontade em ceder ao Deputado Edgar Bueno.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Eu é que agradeço ao senhor, Presidente.

Temos no Brasil o Presidente mais carismático de todas as Assembléias.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. tem os 30 minutos depois desse elogio e mais alguma coisa se precisar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

(**Risos**)

Por diversas vezes também tivemos na presidência a Presidente mais linda e simpática, Deputada Cida Borghetti, que também já presidiu por diversas vezes a Assembléia Legislativa.

Não vou utilizar todo o tempo, Sr. Presidente, mas reservei o Grande Expediente, porque considero esse meu pronunciamento extremamente importante para o estado do Paraná e muito importante até mesmo para o Brasil.

Ontem estivemos na capital da república, em Brasília, para ter uma Audiência com o Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim. Como Presidente da Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa do Paraná, tenho a honra de divulgar que o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, nos deu o aval e o apoio integral ao projeto de implantação do aeroporto internacional do MERCOSUL, que poderá ser implantado na região dos campos gerais, a cerca de 40 minutos da região metropolitana de Curitiba.

Portanto, neste momento, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Primeiro, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque essa idéia foi concebida na Comissão de Transportes. Praticamente todos os Parlamentares da Assembléia assinaram a carta de intenção e com a sua força levamos a idéia adiante. Também preciso agradecer à bancada paranaense da Câmara dos Deputados, aos nossos Deputados Federais, que também apoiaram o projeto na íntegra. Preciso agradecer ao Senado, aos 3 Senadores do estado do Paraná, Álvaro Dias, Osmar Dias, que agendou a primeira Audiência com o Ministro, a cerca de 5 meses atrás, e ao Flávio Arns, que está apoiando nesse projeto extremamente audacioso, um dos maiores projetos do país. Quero agradecer ao Presidente da FIEP, Sr. Rodrigo Rocha Loures, que hipotecou solidariedade e apoio a esse empreendimento, assim como a CNI. Agora, com o apoio do Ministro Nelson Jobim, temos o apoio político efetivado na sua plenitude.

Portanto, a partir de 2008, já estaremos contando com os estudos de viabilidade ambiental com relação à

viabilidade das áreas já estudadas da região dos campos gerais para a implantação desse sítio aeroviário que é simplesmente gigantesco. Algo em torno de 20 km², prevendo 4 pistas de 3 quilômetros e meio cada uma, se tornando num grande hub aeroviário da América do Sul. E tem um diferencial, vai ser construído pela parceria público-privada.

Gostaria muito de ouvi-lo, Deputado Caíto Quintana. Muito obrigado. Encontramos o Deputado Caíto Quintana também ontem em Brasília, estava trabalhando pelo estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Por coincidência ontem, logo que V. Exa., acompanhado de demais empresários e Parlamentares saía da Audiência com o Ministro Jobim, na sequência tive uma Audiência com ele. E o que queria dizer a V. Exa., aos Deputados do Paraná e ao nosso Paraná, é que esta causa é muito mais que justa. Desde que conheço Ponta Grossa, e o Paraná conhece Ponta Grossa como um grande centro de distribuição para o Paraná inteiro, Ponta Grossa já foi o grande centro dos caminhoneiros, antes mesmo da construção da rodovia que passa por Palmeira, haja vista que a entrada de Ponta Grossa, quem vem de Guarapuava, é um retrato da importância de Ponta Grossa como um centro de distribuição de cargas para o Paraná e para o Brasil inteiro.

Um ramal ferroviário importante e acho que é um tiro na mosca fazer esse trabalho no sentido de que Ponta Grossa possa ter um aeroporto de cargas para o nosso Paraná. Se visualizarmos no futuro, o Aeroporto Afonso Pena não terá condições de fazer passageiros e cargas ao mesmo tempo. A tradição de Ponta Grossa é exatamente um ponto central para todo o Paraná e a luta para esse aeroporto é mais do que justa.

Como tive a satisfação de encontrá-lo saindo dessa Audiência e perceber a euforia de V. Exa., quero cumprimentá-lo por essa ação porque ela é importante para Ponta Grossa, mas acima de tudo é importante para o Paraná.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Caíto Quintana, e o estado do Paraná também agradece pela sua participação na carta de intenção quando o senhor assinou o projeto, essa carta hipotecando apoio, e tenho certeza absoluta que vai ficar na história e os ponta-grossenses e todo o estado do Paraná nunca vão esquecer do seu gesto.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Deputado Marcelo Rangel, concede-me um aparte?

(**Assentimento**)

Primeiramente, devo parabenizá-lo pela audácia, pela sua perseverança num projeto que no princípio, para muitos, poderia parecer um pouco utópico, mas só é grande quem pensa grande. Uma região tão grandiosa

como é a região dos campos gerais, deve pensar grande, porque esse aeroporto não virá apenas para ser um aeroporto da região dos campos gerais, especificamente de Ponta Grossa, mas sim, ele mudará o perfil econômico de toda uma área e poderá, quiçá, mudar até o perfil econômico de uma parte do estado do Paraná, no sentido de quando você vê que o transporte de cargas via aéreo é uma tendência mundial. Cada vez mais, quando se trata de transporte, você quer velocidade e eficiência, e o transporte aéreo tem essa característica.

Tive a oportunidade, Deputado Marcelo, de visitar um aeroporto especificamente voltado para cargas na cidade de Liège, na Bélgica, aonde esta cidade, que era uma cidade universitária, mudou totalmente o seu perfil econômico devido a esse terminal de cargas aéreo criado naquela região.

Tenho certeza que o empenho desta Assembléia Legislativa, empenho do Governo do Estado do Paraná, empenho da bancada federal, será de extrema importância na continuidade desse projeto, até porque é um projeto com vultos financeiros bastante grandes e quem sabe cabe a esta Assembléia criar, no entorno dessa região, algum tipo de incentivo, por quê não fiscal, para que possamos, sim, fazer desse sonho que tem se tornado realidade a cada dia, se tornar uma realidade de fato, porque tenho certeza que será de extrema importância, no começo como terminal de cargas, mas que, num futuro próximo, também como outro aeroporto, dando suporte ao Aeroporto Afonso Pena, que não é na cidade de Curitiba, que é numa cidade que se avizinha, mas que atende Curitiba, e como curitibano, tenho que dizer que esse aeroporto será importantíssimo para a região metropolitana de Curitiba.

Curitiba é uma cidade, hoje, ela com a sua região metropolitana, de mais de 3 milhões e meio de habitantes. A tendência daqui a 20 anos é ser uma metrópole em torno de 7 milhões de habitantes. E quando falamos nisto, Curitiba estará ao pé da serra, representado pelos municípios que se avizinham a nós.

Então, parabéns pela sua iniciativa. Conte com o apoio deste Deputado nesta empreitada, até porque, tenho certeza que o aeroporto da região dos campos gerais terá condições meteorológicas muito melhores do que o atual Aeroporto Afonso Pena.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Bertoldi, agradeço muito pela sua participação. Os estudos climáticos já foram feitos na região. A região dos campos gerais não tem nenhum tipo de problema climático de ventos, de neblina, de teto. Foi uma região apontada por Deus para a realização, tenho certeza absoluta, desse projeto.

E também preciso agradecer aos Deputados da bancada federal, como o Deputado Gustavo Fruet, que nos deu também total apoio, o Deputado Cesar Silvestri, o Deputado Rodrigo Rocha Loures, principalmente o Deputado Ratinho Júnior que solicitou Audiência com o

Ministro Nelson Jobim, enfim, toda a bancada que também apreciou esse grande empreendimento.

Acredito que nos próximos dias teremos uma reunião, segundo o Ministro, com os técnicos da ANAC, os engenheiros, os doutores da ANAC estarão se reunindo nos próximos dias para, juntamente com os técnicos da Morosowsky Pery, que é a empresa de arquitetura que realizou o projeto que apresentamos na tarde de ontem para o Ministro Nelson Jobim, para fazer o estudo do melhor local, do local mais adequado para a implantação do Aeroporto Internacional do MERCOSUL.

Mas eu precisava vir à tribuna para registrar a minha satisfação e dizer que é uma conquista da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não é apenas de um Parlamentar. A grande maioria dos Parlamentares, foram 46 assinaturas dos Srs. Deputados, de todos os partidos, que desejaram que esta idéia prosperasse.

E é por isso que hoje estamos satisfeitos e preparados para dar o primeiro e grande passo para implantação desse empreendimento gigantesco no estado do Paraná, da ordem de mais de R\$ 1 bilhão.

Então, a Assembléia está realmente de parabéns.

Era isto que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Tadeu Veneri está ausente do Plenário esta semana por estar representando esta Casa de Leis na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência registra com satisfação que ele também gosta de fazer algumas viagens, como todos nós Deputados.

Esta presidência quer registrar a presença do Vereador Pelé da Ilha, do município de Douradina, a pedido do Deputado Luiz Accorsi.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de dizer a V. Exas. que me sinto constrangido de ter de usar a tribuna desta Casa para falar sobre este tema, hoje. Vou falar sobre o mandado proibitório que foi emitido contra diversas lideranças sindicais, sociais e contra 2 Parlamentares desta Casa: o ilustre 1º Vice-Presidente desta Casa, que atualmente preside nossa Casa por viagem do nosso Presidente Nelson Justus, e contra mim.

Quero dizer, Srs. Deputados, que estamos vivendo talvez aqui um dos piores momentos, porque não é o Antonio Anibelli nem o Luiz Claudio Romanelli que são vítimas da decisão da Justiça Federal, porque as empresas concessionárias, ao ingressarem com uma ação de interdito proibitório, o fazem no sentido de tentar constranger todo movimento social, todas as lideranças que têm lutado neste estado para poder, pelo menos se não acabar, reduzir a tarifa do pedágio no nosso estado.

Qual foi a surpresa quando a Juíza da 2ª Vara Federal de Cascavel, Vanessa Hoffman, concedeu para o Deputado Anibelli como réu e este Parlamentar que vos fala, também como réu, a penalidade para que nos abstivéssemos de desencadear qualquer movimento em relação ao protesto, nos impondo uma multa diária de R\$ 8 mil por hora! Multa diária de R\$ 8 mil por hora, é meio estranho, não é? Ou é diária ou é por hora, mas de qualquer forma é o salário mensal de um Parlamentar, por hora. Ela quer que pague para que possamos exercer o direito de qualquer cidadão de se manifestar!

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Romanelli, sinceramente acho que não se trata nem de questão de ordem do valor e muito menos de ser V. Exa. e o nosso Presidente Deputado Antonio Martins Anibelli que hoje preside esta Casa, citados nesta decisão. Acho que essa é uma questão da Assembléia Legislativa, é da função parlamentar a intermediação nossa como Parlamentares, como representantes que somos da população, dos embates da sociedade!

Se essa moda pega, Deputado Romanelli, cerceiam a atuação precípua de qualquer Parlamentar! Temos o dever de intervir nos conflitos da sociedade! Nos impedir que participemos de qualquer manifestação, seja qual for, é certamente ferir a nossa função enquanto representantes da população. Ou o fato de representar a população não significa nada? Ora, daqui a pouco tem um movimento, aqui, dos agricultores, e não vamos poder participar, daqui a pouco tem movimento dos professores do Paraná, nenhum Parlamentar vai poder participar. Não está certo isso.

E digo mais, Deputado Anibelli: acho que nós, enquanto Mesa Executiva, devemos tomar uma posição em nome do Poder Legislativo, porque isso pode ser estendido para qualquer Parlamentar, em qualquer local, em qualquer manifestação que o Parlamentar participe. Todos estamos sujeitos à lei. Quem cometer excessos em qualquer atuação que se encontre, como Parlamentar ou não, tem que responder.

Então, Deputado Romanelli, todos devemos nos posicionar com relação a essa questão em favor da atuação livre dos Parlamentares. Como livre deve ser o Legislativo para fazer a sua atuação em defesa da sociedade e para participar dos eventos da sociedade.

Muito obrigado.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Deputado Romanelli, vou na linha do Deputado Augustinho Zucchi. Esta Casa, este Poder foi ofendido, acredito que é unanimidade desta Casa, na medida que V. Exa. foi citado e o atual Presidente ofendeu o Poder Legislativo, isso é inadmissível no processo democrático em que vivemos. Por isso, temos a inviolabilidade das nossas palavras e atos. Somos o Poder mediador de conflitos. Conseguimos inclusive mediar para ajudar problemas sociais. O Poder Legislativo tem essa função. O que fizeram com V. Exa. e também com o Presidente foi ofensivo ao Poder Legislativo.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Inicialmente vou fazer uma defesa dos Oficiais de Justiça. A primeira reação quando a pessoa vai ser intimada - é provável que não seja o caso de V. Exa. - de um modo geral a pessoa fica irada, brigueira, quer bater no Oficial de Justiça, xinga, ofende a mãe do Oficial, já vi muitos conflitos de pessoas procuradas para serem intimadas e elas afrontarem esses servidores. Permita-me fazer uma defesa dos Oficiais de Justiça de um modo geral, porque eles estão apenas cumprindo com sua obrigação profissional, caso contrário eles correm o risco de uma punição.

Segundo ponto, a nossa solidariedade a V. Exa., e quero crer até que V. Exa. ganhou um baita de um comercial que praticamente já fez a campanha de reeleição em cima desta multa de 8 mil por hora, que V. Exa. não vai pagar a multa, vai acabar não pagando. Foi uma agressão contra V. Exa. e contra o nosso direito de Parlamentar. A própria palavra parlamento vem de falar. Quero prestar solidariedade a V. Exa., devidamente autorizada pelo meu Líder maior, Duílio Genari, cuja Bancada do Partido Progressista está totalmente solidária a V. Exa. Lamentamos essa infelicidade de pessoas que não entendem o compromisso que o Deputado Romanelli, que o Deputado Antonio Anibelli, que cada Parlamentar tem de defender a população do Paraná e do Brasil, como bem fizeram. Nossa solidariedade. Diria que querem calar a boca de um Parlamentar, colocar uma mordaca. O Ministério Público batalhou para que não houvesse mordaca no Brasil, o Poder Judiciário trabalhou a OAB para que não houvesse mordaca na Polícia Federal, no Poder Judiciário. É lamentável que queiram colocar uma mordaca exatamente em V. Exa. e no Deputado Anibelli, legítimos representantes do povo nesta Casa.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Antonio Belinati, e quero registrar, em relação ao Oficial de Justiça, um segundo mandado proibitório foi entregue pela manhã hoje, aqui, essa da Ecovia, um pouco mais modesto, só R\$ 1.000 por hora. O interessante é que eu quis fazer um protesto ao dar ciência no recebimento. E falei: vou escrever. O Oficial de Justiça quis me censurar, é verdade! Quis impedir

que eu escrevesse sobre protesto, ciente em 05 de dezembro de 2007. E escrevi: “Às favas com a imunidade parlamentar”. É para que a douta Juíza aqui da Vara Ambiental de Curitiba - e não imagino como a Vara Ambiental de Curitiba e a Justiça Federal podem emitir interdito proibitório para proteger a Ecovia. Provavelmente a Ecovia deve cortar a Serra do Mar, porque conceder interdito proibitório sinceramente é uma violação absoluta, é uma inovação.

A emenda constitucional que alterou o Instituto da Imunidade Parlamentar nasceu na Inglaterra em 1515 ou 1525, por conta dos excessos do Rei, justamente para garantir aos Parlamentares o direito livre de se manifestar.

Quero dizer a V. Exa. que os atos que participei da Frente dos Avanços Sociais contra o Pedágio foram aqui nesta Casa, de forma pública, no plenarinho. Uma das Sessões transmitidas ao vivo pela TV Educativa. E muitos Parlamentares aqui participaram, com discursos muito mais incisivos do que aquele que eu fiz. E o mais interessante é que as empresas escolheram, elas não notificaram todos os Parlamentares que fizeram alguns discursos, até seguramente mais radicais do que eu fiz. Escolheram a mim e ao Deputado Antonio Anibelli.

Quero dizer a V. Exa. que essas empresas, se elas querem comprar uma briga, elas vão comprar comigo mesmo, porque tenho tentado, procurado encontrar caminhos, mecanismos, tenho reconhecido que temos sofrido as derrotas para as donas do pedágio, tenho procurado encontrar algum caminho que possa fazer com que a população paranaense deixe de ser roubada.

V. Exas. não estão acostumados a me ouvir falar desta forma. Falo porque não é possível 8 anos e meio de cobrança de pedágio. V. Exa. pode ser a favor do pedágio, pode ser contra. Oito anos e meio de cobrança do pedágio, eles já arrecadaram R\$ 5 bilhões e 300 milhões. V. Exa. sabe, o orçamento do estado do Paraná desse ano que vem é 17 bilhões e 800. Cinco bilhões é o dinheiro que, para V. Exas. terem uma idéia, R\$ 1 bilhão é o que custa um quilômetro de rodovia nova. E rodovia de classe AA, rodovia como a que foi construída agora no oeste paranaense, V. Exas. sabem que 1 milhão, multiplicado por 2 mil e 500 quilômetros é simples a conta. Dois bilhões e 500 milhões para construir todas as estradas novas, zero quilômetro. Vamos construir novamente, começa de novo do zero, 2 bilhões e 500. Quanto que já arrecadaram? Cinco bilhões e 300. Aí, tudo bem, vamos construir mais uma vez, mais uma vez, mais 2 bilhões e 500. De novo, mais 2 mil e 500 quilômetros de rodovias. Sobram, ainda, R\$ 300 milhões, que deve ser o dinheiro que já gastaram para pagar os advogados. Certamente nisto eles já devem ter gasto muito dinheiro mesmo, que é para pagar os advogados, porque alguns já ficaram muito ricos com estas ações. Cinquenta e duas ações, eles criaram, de fato, todos os mecanismos, os Juízes na verdade não estão preocupados com quanto eles arrecadaram, com este pedágio injustos, e metem a caneta! E

fazem de conta que isso é coisa absolutamente normal, regular, a questão que envolve a inviolabilidade do mandato Parlamentar.

Além das alterações constitucionais, o Supremo Tribunal Federal, já julgou e está pacificado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que as manifestações do Parlamentares, ainda que feitas fora do exercício estrito do mandato - que não é o caso, diga-se de passagem - mas em consequência deste estão abrangidas pela imunidade material. O que é imunidade material? É quando estamos discutindo, justamente, a questão do conteúdo da ação, da opinião, da palavra, da manifestação. E é um direito que o Parlamentar tem. Ou seja, a Juíza, para usar uma palavra da semana, da moda, talvez sejam apedeutas, porque não é possível, certamente têm formação em Direito, mas elas têm que seguramente rediscutir esta questão.

E eu quero dizer que esta Casa, Sr. Presidente, tem que tomar providências, tem que fazer com que o que está acontecendo aqui possa chegar ao Conselho Nacional de Justiça, porque eu não vou gastar R\$ 10 mil para contratar um advogado para poder desfazer um mal que está feito, este interdito proibitório. Não vou gastar R\$ 10 mil para pagar custas judiciais, para poder lutar contra as concessionárias de pedágio.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

V. Exa, aborda um assunto muito importante. Não só na questão do pedágio, como na questão da atividade, das garantias. Fiquei estarecido quando li, hoje, a concessão do interdito proibitório, proibindo Parlamentares - e a imprensa cita o seu nome e o do Deputado Antônio Anibelli, que hoje preside esta Sessão - proibidos de participação em manifestações. Ora! Primeiro, além de todo cerceamento do direito parlamentar, está havendo um pré-julgamento, um julgamento de que vá se chegar a uma praça de pedágio e destruí-la. E se essa fosse a intenção, o caminho não seria a proibição de participar, o caminho seria da exigência de segurança, para que não acontecesse.

Então, Sr. Presidente, que está presidindo hoje e que é Vice-Presidente desta Casa, a Casa tem que tomar uma providência. A Casa! Porque senão, Srs. Deputados, independente de posições políticas, a favor ou contra, para caracterizar bem, de Direita ou Esquerda, seja na defesa de qualquer tipo de princípio, amanhã vamos ter um interdito proibitório para que qualquer Deputado não possa participar de uma reunião que está tratando de um assunto “x”, ou em defesa de um proprietário que está tendo sua terra invadida, ou do invasor que está invadindo a terra. Quer dizer, está limitando o poder do exercício da atividade do Parlamento, garantida pela Constituição. E como diz o Deputado Romanelli, acho que não cabe ao cidadão, ao Deputado, refutar esta disputa. Cabe, sim, ao Poder Legislativo, sob pena de ficarmos diminuídos na nossa ação parlamentar.

É isso aí, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Caíto, só para concluir, quero ler. Sinceramente, reconheço que estou até um pouco fora do meu normal nesta tribuna, porque tenho falado de forma muito mais pausada e objetiva. Mas, não é possível que a dona Vanessa, depois de impor a multa de R\$ 8 mil por hora para cada réu, ela diz: “Independentemente das sanções penais cabíveis nos termos dos artigos 928 e 938 do CPC. Expressa-se ofício à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal por meio mais expedito, para que tomem ciência da presente decisão. Intime-se com urgência os réus, aqueles cujos endereços foram declinados na inicial, pelo meio mais expedito”.

O que é também o mais grave disto aqui?

É que a Juíza Federal, ao invés de utilizar a Polícia Civil, que é a Polícia Judiciária do Paraná, ou a Polícia Militar, ela utiliza a Polícia Federal. E mais ainda, achei muito interessante uma coisa, que na decisão da Juíza, ela diz: “Sustenta, em síntese, que é concessionária de serviço público federal, por meio de Contrato nº 073/97”.

Olha, quero dizer que a concessionária Rodovia das Cataratas é detentora do serviço público estadual. A lei que rege esse contrato foi votada por esta Casa, que nós, no exercício da Liderança do PMDB, votamos contra, como votou o Deputado Irineu Colombo, na Liderança do PT, contra essa lei, e essa lei, esse contrato é estadual. Acho que a Dra. Vanessa deveria explicar por quê ela escreve que é concessionária de serviço público federal. Não é um equívoco da parte dela, não! Porque esse interdito proibitório tinha que ter sido pedido, se fosse para ser pedido, no âmbito da Justiça Estadual e não Federal.

Quero dizer a V. Exa. que tem muita coisa estranha neste interdito proibitório aqui. Penso que é necessário que, de fato, se faça uma frente de advogados que possam trabalhar a favor da democracia, da Justiça e que não estejam vinculados aos doutrinadores do direito administrativo, que escrevem livros para sustentar o preço abusivo do pedágio.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, quero, em meu nome pessoal, e acredito que em nome de toda a Assembléia Legislativa, solidarizar-me com V. Exa. e com o Presidente desta Casa, Antonio Anibelli, porque em meu modesto entendimento o Poder Judiciário extravasou, a Justiça Federal. É uma afronta não somente a V. Exa., mas ao Parlamento paranaense. O Parlamentar não pode ser cerceado no livre exercício da sua atividade Parlamentar. Não é possível! Por isso que temos a imunidade parlamentar, por isso o Parlamentar tem o direito à palavra, o direito à ação de defender os cidadãos naquelas causas que ele acredita de interesse social e de interesse da sociedade.

É um absurdo! Talvez, se estivéssemos vivendo no momento do Regime Militar, seria, pela posição dessa

Juíza, caso de cassação de mandato. É um absurdo! Não podemos aceitar, em hipótese alguma! Já manifestei a V. Exa. vou apresentar e espero contar com a solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para um desagravo, uma moção de repúdio a esses atos absurdos, violentos e agressivos à democracia e muito especialmente ao Parlamento do Paraná. Não entro aqui sequer no mérito da decisão, mas na afronta que ela comete à Assembléia Legislativa e a este Parlamento.

Então, fica aqui a minha solidariedade! Vamos apresentar e espero que haja aí a solidariedade de todos os Deputados Estaduais, porque efetivamente acho que seria até o caso de levarmos ao Conselho Nacional de Justiça, porque o Magistrado não pode rasgar a Constituição, não pode acabar com o instituto da imunidade, agredindo o Parlamento do Paraná como foi feito nesse interdito proibitório a V. Exa. E digo mais, nobre Deputado Romanelli, não fica aqui nenhum registro contra as concessionárias, porque eles têm o direito de pedir, mais uma Juíza de Direito que passa em um concurso dessa natureza não pode ser imprudente ao conceder um interdito proibitório dessa natureza contra V. Exas.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Durval!

Deputado Anibelli, concluo o meu pronunciamento dizendo que confio muito na Justiça Estadual, no Tribunal de Justiça, porque sei que a grande maioria das pessoas são de bem e dignas. E quero dizer também que não quero crucificar e nem queimar em praça pública a Exma. Sra. Juíza que concedeu esse interdito proibitório. Não se trata disso! Trata-se é dessa visão equivocada: a quem serve o direito?

É aquilo que disse o Deputado Durval Amaral, porque as concessionárias têm o direito de pedir, mas essa Juíza tinha o direito de conceder? Creio que não. Creio que ela extrapolou completamente e não aplicou o direito que ela conhece, que tantos anos estudou e que certamente ingressou por um concurso público dos mais difíceis que temos na magistratura e dela esperamos que possa aspergir justiça e não tentar violar o mandato parlamentar.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência quer agradecer, como Presidente em exercício, as palavras do Deputado Romanelli e dos apartes. Dizer que neste dia, de acordo com o interdito proibitório, às 12h estávamos almoçando no restaurante da Assembléia Legislativa, presidindo esta Casa em companhia dos Deputados. Então, não oferecemos a alta periculosidade que a Dra. Vanessa acha que o Deputado Romanelli e o Deputado Anibelli poderiam cometer ao estado do Paraná ou às concessionárias. Mas, tomaremos, Deputado Romanelli, as providências, porque aqui quem está sendo ofendido, além de V. Exa. é o Presidente em

exercício da Casa. Nossa solidariedade e tomaremos as providências, porque todos os Deputados estão sendo ofendidos.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para registrar a presença entre nós do Prefeito de Jataizinho, companheiro Wilson, e o seu Secretário de Governo, o Marcos.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência agradece a presença dos visitantes.

Pela ordem, primeiramente com a palavra o Deputado Antonio Belinati e depois o Deputado Jocelito Canto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, ontem enfoquei um assunto, mas não tinha o documento em mãos, que é um decreto do Governador Roberto Requião, que está obrigando todos os servidores públicos do estado do Paraná a entrarem de férias nesse período que vai antecedendo o Natal até o começo do Ano Novo. Diz aqui o decreto assinado pelo Governador Requião:

“Art. 1º Os servidores da administração direta e autárquica do Poder Executivo deverão usufruir 12 dias consecutivos de férias, de 24 de dezembro de 2007 à 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º Os dias de férias referidos no artigo 1º serão descontados das próximas férias regulamentares a que o servidor tiver direito”.

Presidente Anibelli, este decreto é uma afronta à lei e diria que é até desumano, porque o servidor já programou as férias com a família, alguns no meio do ano, outros no mês de março, abril, cada um tem a sua programação, e alguns não tem sequer as férias vencidas ainda. E o mais grave, nobre colega Presidente Antonio Anibelli, é que esse decreto, acho que o Governador não recebeu a assessoria que merecia; esse decreto fere a lei, é um decreto que, na prática, se um servidor bater à porta da Justiça, ele vai vencer a parada, porque nenhum Prefeito, nenhum Governador, nem o Presidente da República tem respaldo legal para forçar, para obrigar quando é que o servidor tem que gozar ou não gozar as suas férias.

Então, lamento, faço um apelo aqui à Bancada do Governo nesta Casa, um apelo ao Governador Roberto Requião para que não pratique mais esse tipo de ato. O servidor público já ganha tão mal, já está programado com as suas férias lá na frente, além de não ter o salário que merece, não ter a reposição salarial que tem direito, ainda se vê numa camisa de força, como se estivesse com a cabeça ali numa guilhotina sendo coagido, sempre obrigado a gozar férias que ele não programou e que ele não pretendia nesse período que vai antecedendo o Natal até o começo do ano.

Lamento que esse presente de Papai Noel do Governador Roberto Requião venha causar esse mal-estar, essa indisposição, esse constrangimento, essa tristeza nos milhares e milhares de servidores públicos do estado do Paraná.

O SR. (**Antonio Anibelli**)

Deputado Jocelito Canto, pela Ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria lembrar o eminente Deputado Romanelli, não deu aparte, que o Legislativo, quando ele deixa de cumprir o que determina a Constituição - que eu vi muito bem o nosso eminente e grande conhecedor da causa da Justiça, que é o nosso Presidente da CCJ, Durval Amaral - quando o Legislativo deixa de fiscalizar, quando o Legislativo abre mão de buscar informações que a sociedade quer saber, o Legislativo passa a deixar de cumprir o seu papel, e aí dá oportunidades para que Juízas como essa de Cascavel emitam aquilo que acabamos de ver.

Esta Casa deixou, na semana que passou, a grande oportunidade de fiscalizar o Poder Judiciário, mas veio a cavalo o castigo do Deputado Romanelli. Não quis fiscalizar, derrubou todos os requerimentos em relação ao Poder Judiciário e veio a cavalo o castigo, uma Juíza de Cascavel acabou proferindo essa ameaça.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 379/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador, a construção de uma escola de 5ª a 8ª séries, no Parque Alvamar-II, no município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 380/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública, uma especial atenção à necessidade de atendimento emergencial de Campo Mourão e região. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 381/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, especial atenção às necessidades do Colégio Estadual São Luiz Gonzaga E. F. M. de Mamborê-Zona Rural. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 518/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 616/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Poupatempo - Centrais de Atendimento ao Cidadão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a concessão de bolsa auxílio aos estudantes universitários indígenas, com base na Lei nº 13134, de 18 de abril de 2001, e alteração posterior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. (criação da Companhia Independente Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de fixação de efetivo em vigência, acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. (Criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 30, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a isentar os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da contrapartida em convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Poder Executivo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **(Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 492/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo isentar os municípios com baixo IDH da contrapartida em convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Poder Executivo Estadual.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 492/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Artagão Júnior, traz o debate nesta Casa o Projeto de Lei nº 492/07, isentando os municípios paranaenses com baixo IDH da contrapartida em convênios com o Governo do Estado e que visem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Trata-se de matéria muito inteligente, demonstrando a inequívoca provocação do nobre autor da proposição com a crítica situação de caixa das prefeituras dos pequenos municípios de nosso estado.

Não vejo impedimento do ponto de vista de eventual impacto financeiro, razão que me leva a recomendar a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Discutir**)

O item 07 e o item 08, a fundamentação é a mesma que quero fazer.

Ambos são projetos autorizatórios. E projeto autorizatório não tem norma, não se aplica.

Sugiro aos autores que transformem em indicação legislativa, porque mesmo que vire lei não se implementa. É para inglês ver.

Com todo respeito aos autores, mas matérias como essas não deveriam vir ao plenário, porque são projetos que fazem com que esta Casa diminua a sua força. Se possível colocar na LDO, no PPA ou nas Leis de Planejamento do Estado do Paraná.

Faço esse apelo aos autores, que retirem essa proposição, transformem em indicação legislativa, porque essas leis, do jeito que estão, são meramente autorizatórias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Estamos votando apenas a constitucionalidade.

Com a palavra o autor, Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente não consigo entender a observação do Deputado Welter.

Na semana passada votamos um projeto similar, da Deputada da sua bancada, a Deputada Luciana.

Temos votado, normalmente, projetos dessa característica. Não existe nenhuma proibição, nenhuma rejeição. Está dentro da possibilidade regimental.

É verdade que muitas vezes ficamos amarrados e limitados na nossa competência de legisladores que somos. No entanto, este projeto tem o escopo de autorizar o estado do Paraná a desenvolver um programa desta

envergadura, que seria, sem dúvida alguma, de grande interesse, já que vai ao encontro do interesse do estado em privilegiar os municípios de menor IDH, de Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo. São nessa linha os programas do Governo.

A Deputada Luciana sabe muito bem. Na semana passada, ela desenvolveu um programa nesse sentido, na área da educação, e teve nosso apoio. Muitas vezes, estamos limitados e amarrados na nossa possibilidade, mas uma forma de demonstrarmos os nossos programas, os nossos projetos, as nossas idéias, são através desses projetos autorizatórios. É por isso que fazemos. A partir do momento que esta Casa de Leis definir que não é possível, naturalmente, este Deputado acatará. Agora, ninguém está buscando holofotes. Talvez esteja fazendo isso aquele que se manifestou num momento inoportuno.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, só para concluir?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. já usou para...

O SR. ELTON WELTER (PT)

Quero justificar o voto contrário à constitucionalidade.

(**Assentimento**)

Quero encaminhar contrário a essa propositura porque a Casa tem um método. Eu deixei o método claro: é indicação legislativa. Temos que parar de brincar de fazer lei que não se aplica. A indicação legislativa adequada atende a vontade do Parlamentar. É esse o desejo quando criamos a COPELEGIS. Não é possível. Quero insistir nessa questão.

Não quero criar antipatia com nenhum Par nesta Casa. Dialogo com todos. Tenho uma disposição de produzir consenso nesta Casa, mas não podemos fazer que essas leis venham a plenário. Tem que vir em forma de indicação legislativa. A Casa tem o método! É nisso que quero chegar. É esse meio termo para aplicar a vontade, a idéia. Não quero holofote de forma alguma, quero que esta Casa seja cada vez mais valorizada e haja compreensão, porque no Congresso Nacional não se vota lei autorizatória. Deputado que apresenta projeto autorizatório lá nem tramita nas comissões permanentes.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Na verdade, estava conversando com o Líder do Governo, agora, e não peguei toda discussão, mas falei, rapidamente, com o Deputado Douglas e, segundo manifestação, alguns Parlamentares estão contra a lei autorizatória. Só quero lembrar a esses Deputados que se manifestaram, que são contra a lei autorizatória, que a Assembleia Legislativa votou uma mensagem do Governador do Estado do Paraná autorizando o Governo do Estado, através da COPEL, de participar do consórcio. Foi uma lei autorizatória que veio do Executivo.

Não vamos nós jogar para a torcida, querer dizer que a Assembléia não pode votar lei autorizatória. Ora, o Governo usou rolo compressor e a Assembléia aprovou uma lei do Executivo pedindo autorização. Então, se não podemos mais fazer lei autorizatória, ficamos única e exclusivamente para dar título de Cidadão Honorário, denominar logradouros, praças e assim por diante.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar justamente nesse sentido. Tendo o Projeto de Lei nº 612 para ser discutido, daqui a pouco, mas essa história de dizer que Parlamentar quer aparecer... É muito mais bonito respeitar a população, agora, votando contra a CPMF, não aprovando a CPMF, como V. Exa., que está na presidência hoje, liderou movimento aqui contra a CPMF, que também sou contra. Hoje ainda, vi uma entrevista de um Presidente da República do Brasil dizendo que ele foi contra a CPMF e, agora, ele é a favor. É a favor porque está no poder.

Temos a prerrogativa de Deputados, justamente para fiscalizar o Governo, para dizer aquilo que achamos que está errado, e já que não temos o poder de fazer aquilo que gostaríamos que fosse feito, podemos propor projetos de lei autorizando o Governo. Se o Governo não quiser fazer que não faça, mas vou continuar propondo aquilo que acho que é bom para a população, como dia desses votei projetos, aqui, de Deputados do PT, autorizando também.

Então, quero só deixar esse registro e dizer que vou continuar fazendo aquilo que é a minha prerrogativa, conforme o meu entendimento. Vou votar a favor de qualquer projeto de Deputado autorizando a fazer alguma coisa, que seja empenho em prol da população do Paraná.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Existe escopo e legitimidade para qualquer membro desta Casa propor leis, amparados no artigo 65 da Constituição Estadual, que diz que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador de Justiça e aos cidadãos, da forma e nos casos previstos nesta Constituição. Fizemos um amplo debate na CCJ em relação a este tema. Concluímos que existe, sim, a legalidade e a constitucionalidade para o Deputado propor nesta Casa projeto autorizatório. Portanto, se o Governador acatar, quiser cumprir aquilo que ele está sendo autorizado, é um outro departamento. Mas que existe legitimidade, não há o que se discutir, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Não entendi no pronunciamento do Deputado Douglas Fabrício, o que tem a ver a CPMF com o projeto autorizatório. Quero dizer que esta manifestação do Deputado Elton Welter é individual, não é uma manifestação de bancada. Participo da CCJ e acredito que o Deputado tem prerrogativa, sim, de apresentar projeto autorizatório. Em alguns momentos sugerimos aos Deputados, quando proporem projetos, que os transformem de alguma forma para viabilizá-los, porque senão de outra forma estaríamos limitando demais a atividade do Parlamentar. São poucas as prerrogativas em termos de iniciativa de leis. Se limitarmos ao Deputado a possibilidade de autorizar o Executivo naquilo que o Deputado acha que é conveniente para atender a sua população, ficaríamos aqui praticamente com declaração de utilidade pública.

Manifesto o meu voto favoravelmente a este projeto e respeito a posição do meu Líder de bancada, Elton Welter, na sua posição individual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Aprovado.

Com o voto contrário do Deputado Elton Welter.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CDDMCA. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).

Aprovado.

Com voto contrário do Deputado Elton Welter.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 612/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Douglas Fabrício busca instituir o Programa de Combate ao Bullying, nas escolas das redes públicas e privadas de ensino do estado do Paraná.

Fundamentação

Cumpramos observar, inicialmente, que o projeto de lei em apreço tem o intuito de tornar obrigatória a instituição que tenha como finalidade o combate a atos relativos a agressões físicas e psíquicas, oriundas do bullying junto às redes pública e privada de ensino estadual. Em epítome passemos a análise da Carta Magna Federativa:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

IX - Educação, cultura, ensino e desporto.

XV - Proteção à infância e a juventude.

E também:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação de ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...) (grifo nosso).

Então, como verificamos, a Constituição Federal admite a existência de competência concorrente do estado para legislar sobre matéria relacionada à educação, bem como à segurança pública.

Dentro desta mesma perspectiva temos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (nossos destaques)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No mesmo diapasão, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como dever do Poder Público Estadual a normatização e elaboração de meios para assegurar a justa aplicação da educação em nosso estado. Assim prescreve em seu artigo 183, a saber:

Art. 183. compete ao Poder Público Estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

Inobstante isso, devemos tomar por base que quando tratamos de educação, bem como qualquer matéria que venha a se relacionar com tal direito do cidadão, devemos ter conhecimento se não há legislação esparsa pré-existente que regularmente tais matérias. No caso em tela, averiguamos que as diretrizes a serem tomadas quando nos referimos a qualquer ato relacionado com educação somos submetidos à inteligência da Lei de Diretrizes e Bases, tanto Federal quanto Estadual.

Como vemos, o presente projeto, em face dos avanços pelos quais a sociedade em geral vem passando, e em face do aumento dos atos relativos à violência junto às escolas, ocasionando também a preocupação da sociedade de uma maneira geral.

No entanto, no que concerne à elaboração de normas inerentes a educação, bem como programas relacionados a esta, o Governo Federal elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Então, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 10º, inciso V, incumbe ao estado o dever de baixar normas complementares para seu sistema de ensino:

Art. 10º. Os estados incumbir-se-ão de:

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; (grifo nosso)

Tomando, então, como base que cabe ao estado normatizar o que a legislação federal de forma direta se omitiu, tratando indiretamente de possibilitar a atuação mais ampla do poder estadual ao explicitar que “É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade...”, ou seja, pode-se atuar nas mais variadas frentes quando o que se verifica é a necessidade da absoluta prioridade que devem ter a criança e o adolescente. Desta forma caberá ao estado, através de seus órgãos competentes, regular tal matéria.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do exposto e ainda diante da legalidade e da constitucionalidade do presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 612/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying nas escolas públicas e privadas.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois sabe-se que hoje o bullying ou a prática da intimidação por meio da ameaça de agressão física ou psicológica tem crescido sobre maneira nas escolas públicas brasileiras, fato que exige das autoridades competentes resposta à altura para coibir essa prática nefasta, que afeta e traumatiza o desenvolvimento das crianças brasileiras em ambiente onde eles deveriam encontrar a paz e harmonia.

O presente projeto de lei, em boa hora, enfrenta o problema e propõe a adoção de medidas que certamente colaborarão para erradicar o bullying das escolas paranaenses.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste Relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Educação, Cultura Esportes, Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 03.10.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT
PROJETO DE LEI Nº 612/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela tem como escopo a instituição de programa nas escolas públicas e privadas no estado do Paraná, que tem como objeto o combate ao bullying, que, em resumo, significa a violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, sem motivação aparente, praticada por indivíduo ou grupo.

Aos 17 de setembro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como na Comissão de Educação no dia 03 de outubro, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 21.11.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ E CF. (Publ. no DA nº 100/07, de 28/08/2007, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PRO-
JETO DE LEI Nº 633/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson tem por objetivo dispor sobre a divulgação de publicidade oficial em jornais alternativos.

Fundamentação

Não se vislumbra no projeto afronta alguma da publicidade dos atos administrativos e ainda mais, o fato de parte da veiculação ser feita com linha editorial dirigida a determinadas regiões ou segmentos específicos da sociedade, vem garantir ainda maior alcance para publicidade oficial do estado.

Em resumo, a matéria objeto é pertinente com a competência do estado, o projeto atende as normas constitucionais de processo legislativo estabelecido no artigo 61, caput, da Constituição Federal, e espelhado no artigo 53, inciso XVI e XVII, da Constituição Estadual, bem como a Lei Estadual nº 10821/94 e a sua elaboração obedece às normas institucionais pela Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 633/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Edson Strapasson apresentou projeto de lei que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos, que objetiva dar normas sobre a divulgação de publicidade oficial em jornais alternativos.

Considerando, que a imprensa alternativa se apresenta hoje como relevante para que o público tenha mais acesso às informações;

Considerando a necessidade de democratização dos meios de comunicação, para oferecer melhores oportunidades à todos quantos interessar possam na publicação dos atos oficiais do Poder Executivo, através dos órgãos públicos da administração direta e indireta do estado.

E, que, finalmente, as despesas de publicações desses atos oficiais estão devidamente previstas no Orçamento Geral do Estado, não havendo acréscimo de despesas, extraorçamento.

Não vemos qualquer óbice que possa impedir o prosseguimento do presente projeto de lei, por isso somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, Em 28.11.07.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para discutir, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, parece-me que não temos o parecer favorável da Comissão de Comunicação. Por outro lado, não vou votar contra o projeto do Deputado Edson Strapasson. Eu queria apresentar uma emenda, que só posso apresentar na 2ª discussão. Mas eu gostaria de deixar claro aos Srs. Deputados que a minha emenda é no sentido de que os jornais alternativos têm pelo menos 2 anos de circulação, para que eles não sejam informados somente em época de campanha. Pelo menos 2 anos de circulação, de publicação. Essa seria a minha emenda para a 2ª discussão do projeto de autoria do Deputado Edson Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta matéria deverá estar na segunda-feira na Ordem do Dia e V. Exa. o fará.

Aprovado.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a reserva de 2% sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais. Comprovadamente carentes, assegurando o direito de preferência de

escolha no Programa Casa da Família no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 133/07, de 18/10/2007, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 743/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel propõe a reserva de 2% (dois por cento) sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito de preferência de escolha no Programa Casa Família no estado do Paraná.

O programa Cidade para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei Estadual nº 13126 de 21 de março de 2001 que revogou a Lei Estadual 11818/97 derivada da Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 todas em consonância com o artigo 244 da CF é resultado de esforço conjunto do Governo com a sociedade na expansão de programas de acessibilidade as pessoas portadoras de deficiência física. Portanto o projeto do Deputado Marcelo Rangel insere-se neste campo de atividade.

Sob essa ótica resta saber se o PL proposto pelo nobre Deputado Marcelo Rangel atende os pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade, bem como os da Lei Federal 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência constitucional federal, já existindo Lei Federal regulamentar, bem como previsão constitucional do estado e leis infra-constitucionais, sobre as quais assentamos nossa análise.

Fundamentação

Segundo dicção do artigo 24 da Constituição Federal “*Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre: (...) - XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência*”;

A matéria está contemplada pelo legislador constitucional e definida como competência concorrente da união, estados e distrito federal. A seguir veremos que tanto o legislador constitucional quanto o estadual e a alta corte do judiciário digeriu a matéria esclarecendo que as matérias sujeitas ao domínio da legislação concorrente podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados e nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucional concorrente da Assembléia Legislativa no artigo 53, inciso XVII.

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada: “*Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-Membro exercer*

competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário”. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/1997). Referência Legislativa CF: Art. 24, XIV. DTZ1110042”. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza do Poder Executivo quando o legislador define que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado-membro e o executivo federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Da Legitimidade e Legalidade

Em parecer de “análise prévia” ao Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a competência legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22º, inciso XXVII, 24º, parágrafo 2º e artigo 25º parágrafo 1º todos da CF, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da Competência Privativa e Suplementar (concorrente) para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se sabiamente do preceito insculpido no artigo 22, 24, parágrafo segundo, e 25, parágrafo primeiro da Constituição Federal.

Assim segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado, a Constituição da República assegura a competência privativa da união nas hipóteses em que especifica, porém

não exclui a competência suplementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a dileta CCJ através do seu corpo técnico arrematou a questão citando o parágrafo primeiro do artigo 25 da mesma constituição que dispõe: *São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição*.

Para melhor clarear a questão valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, que assim definiu:

Competência privativa: “é a competência plena, direta e exclusiva de legislar”.

Competência Suplementar: “é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é ‘complementar’”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da carta mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da CE, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes para legislar sobre matéria comum assim definida por ambas as cartas políticas. Infere-se, portanto que o artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Entendendo que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional estendendo-se a mesma regra à competência da Assembléia Legislativa às matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE. Portanto perfeitamente factível a iniciativa de projeto de lei de membro da Assembléia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, XIV, da CF.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional.

O projeto do nobre Deputado Marcelo Rangel propõe a inclusão de 2% (dois por cento) das pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, no Programa da Casa Família o que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário ressaltado as despesas ordinárias, ônus esse já previsto na LOA e LDO. O que se busca pelo projeto ora analisado é tão somente a cota de inclusão para deficientes físicos.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembléia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria concorrente.

Ao exposto podemos asseverar que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assbléia, valendo-se dessa faculdade constitucional e regimental, possa legislar sobre a mesma matéria concorrentemente.

Estando o projeto aprovado a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal 095/98 que trata da boa técnica legislativa.

Neste aspecto fazemos ressalva para que se modifique no artigo 1º do presente projeto conforme emenda modificativa em anexo. A razão da emenda modificativa prende-se ao fato de que não obstante seja conferida concorrente ao Legislativo para legislar sobre assuntos de competência da união, não tem ele (Legislativo) supremacia sobre aquele (Executivo) e vice-versa sob a égide dos princípios da interdependência dos poderes, editando lei autorizativa, como se pudesse dar ordens a outro poder instituído. Neste particular fazemos coro ao parecer da CCJ quando invoca o artigo 2º da Constituição Federal que disciplina a relação tripartite dos poderes da união, *literis*: “São poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Em complemento ao assunto trouxe essa dileta CCJ os comentários ao dispositivo transcrito do professor José Afonso da Silva assevera que “A desarmonia, porém, se dá sempre que se acrescem atribuições, faculdades e prerrogativas de um em detrimento do outro”. Evidente pois a imperiosidade de se respeitar a autonomia dos poderes constituídos para perfeita harmonia da soberania institucional.

Por esse viés não tem o Legislativo competência para autorizar o Executivo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. O Executivo ao conferir ao Legislativo poder constitucional de competência concorrente para legislar sobre determinada matéria, tacitamente lhe outorga poder regulamentador da matéria em comento cumprindo-lhe, portanto, editar a lei de tal modo e forma que a dicção do comando normativo ordene o seu cumprimento, com a sanção do Governador do estado e não simplesmente autorizando o outro poder a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Portanto é nosso entendimento cabível a emenda modificativa.

Deste modo apresentamos emenda modificativa do artigo 1º que passa a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 1º Fica assegurado o direito preferencial de escolha na proporção de 2% (dois por cento) do total de oferta de moradia do “Programa Casa Família” às pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

(...)

1. Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, 2003, p. 6.

Conclusão

Diante da Constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação com a emenda modificativa do artigo 1º em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 743/07

(...)

Art. 1º Fica assegurado o direito preferencial de escolha na proporção de 2% (dois por cento) do total de oferta de moradia do “Programa Casa Família” às pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

(...).

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 743/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Marcelo Rangel, com menos de 01 ano de mandato popular já está consagrado como homem público. Jovem, sua irreparável atuação no plenário da Assembléia Legislativa já faz dele um dos legisladores de maior e sábia atuação nesta Casa de Leis.

Figura humana, com sua fé muito apegada a Deus, Marcelo Rangel já teve incontáveis atitudes que deixam bem visível seu respeito, amor e solidariedade aos paranaenses de baixa renda, aos pobres e, principalmente às pessoas necessitadas de cuidados especiais. Esse último segmento, caso este projeto seja aprovado, será contemplado, merecidamente, com moradias do Programa Casa da Família. Por obra do autor da presente propositura, as pessoas necessitadas de cuidados especiais simplesmente estarão conquistando, de fato e de direito, a sua cidadania.

Considerando que é obrigação do Governo do Estado implementar ações no campo social, não vejo impedimento legal quanto a eventual impacto financeiro para recomendar a aprovação deste projeto, louvando ao nosso Criador por existirem pessoas, ainda que poucas, como Marcelo Rangel, que usam seu mandato eletivo apresentar leis em favor dos segmentos da sociedade que de fato necessitam de socorro e ajuda do Poder Público. De parabéns o competente Parlamentar.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) FRANCISCO BUHRER - Presidente
ATONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para discutir, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria de deixar registrado que também estaremos apresentando uma emenda, porque esses 2% ainda é um percentual muito pequeno. Na verdade, o correto seria 5%.

Estou pedindo apoio dos Srs. Deputados, na 2ª discussão vamos apresentar uma emenda para aumentar de 2 para 5% a reserva para os portadores de necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3619 a 3623, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3624, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Isso é um pedido de equipamentos? Só para saber, porque esses são aqueles pedidos que muitos Deputados fazem para dizer que fizeram e depois dizem: “Olha, eu fiz e o Governo não quis fazer. Eu pedi o mundo e o Governo não quis dar.”

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, infelizmente as APAEs do Paraná têm sido muito pouco atendidas pelo atual Governo. E, naturalmente, os Deputados e representantes de determinadas regiões e municípios acabam sendo procurados pelos integrantes e diretores das APAEs. Estou fazendo o papel para o qual fui eleito: defender os interesses da população do nosso estado do Paraná.

Esse de Ponta Grossa tem um pedido oficial junto ao requerimento. Essa é a função do Poder Executivo Estadual, e o dever dos Deputados de trabalharem em defesa deles. Agora, se o Governo não faz, o culpado é ele. Ele que está gerindo e administrando o orçamento do estado do Paraná.

Só para esclarecer aqueles que têm dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Solicitando a doação de um veículo tipo Van para a APAE de Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Para ser sincero, quero dizer o seguinte: eu, a princípio, tenho aprovado os requerimentos todos para evitar grandes discussões que são na maior parte das vezes inúteis. Mas, também não posso ouvir calado o representante dos Democratas, Deputado antigo, que conhece a história política do nosso estado, vir dizer aqui que esse Governo nosso não está apoiando as APAEs.

Olha, Deputado Plauto, se o Governo que V. Exa. pertenceu tivesse apoiado em 10% o valor que estamos investindo e apoiando as APAEs, que aliás, V. Exa. viu quando criaram um factóide sobre as Organizações Não Governamentais, a manifestação das APAEs em todo Paraná, V. Exa. inclusive recebeu das entidades da sua região as manifestações.

Quero dizer que o nosso Governo tem investido, sim, e muito para apoiar as APAEs. É necessário investir mais. Mas que temos investido, graças a Deus e as decisões corretas que o Governador e que a base de sustentação do Governo dá a esta Casa, temos avançado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3625, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3627, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para poder fazer uma solicitação aos nobres Deputados, no sentido que possamos endereçar corretamente os requerimentos, porque como se trata da execução de uma política pública, quem é o auxiliar do Governador é aquele que ele nomeia para responder por aquela política pública. Então, um requerimento desse, correto, é encaminhar diretamente ao Secretário da Segurança Pública, que naturalmente fará as gestões. É dispensável encaminhar ao Governador.

Falo isto a V. Exas. no sentido apenas, muitas vezes, até de agilizar o trâmite do próprio requerimento e não termos 3 mil documentos circulando, de forma muitas vezes desnecessária, no estado, quando o Parlamentar quer o quê? Quer que chegue o requerimento diretamente àquele que é o responsável, para poder efetivamente executar a política pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Neste caso, o que abunda não atrapalha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Atrapalha. Por incrível que pareça, atrapalha.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, vou na esteira do encaminhamento do Deputado Romanelli, discordando, porque, Deputado Romanelli, há uma contradição no seu posicionamento. V. Exa. quer que facilite as informações, por que mais facilidades, e eu não quero questionar o Presidente em exercício, mas vou questionar o Presidente na sua volta, eu tenho um requerimento das ONGs que há mais de 60 dias está aprovado por esta Casa, não recebo as informações e não vejo atitudes da Casa para exigir do Governo que cumpra bem. O requerimento foi feito, foi aprovado, inclusive o meu requerimento carecia de um aperfeiçoamento, a pedido do Líder do Governo incluímos ao requerimento informações das ONGs desde o começo do mundo, desde que o estado do Paraná foi emancipado até o presente momento, Deputado Romanelli, V. Exa., com a experiência que tem, deve observar, estou tendo muita paciência, porque, ora, extrapolou-se o prazo! Parece que quando se fala em ONGs aqui, dá um arrepio!

Então, Deputado Romanelli, dê o mesmo encaminhamento que está dando os outros requerimentos, porque eu não vou sossegar, Sr. Presidente, enquanto esta Casa não exercer a sua autoridade de exigir do Governo, seja quem for o Governador de plantão, porque o Governador passa e o estado fica, permanece.

Por esta razão, quero dizer que esta Casa está em dívida comigo, porque quem tem que exigir do Governo as informações é a Comissão Executiva desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Tomarei as providências neste lapso de interinidade.

Requerimento nº 3628, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3630, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3635, 3636, 3637, 3638 e 3642, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3641, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3632, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3643, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta presidência lembra aos Srs. Deputados que teremos às 17h no plenarinho uma Sessão em homenagem ao Curitiba Futebol Clube, o grande Campeão da

série B neste ano de 2007. Convido aos Srs. Parlamentares para irem ao plenarinho.

E aviso aos Deputados, à imprensa e aos funcionários que amanhã não haverá Sessão, porque teremos o encerramento do período legislativo no dia 18 e a semana que vem faremos um esforço concentrado, fazendo votação de segunda a sexta, duas a três Sessões por dia.

Então iremos judiá-los na semana que vem, e daremos folga na próxima quinta-feira.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 566, 694 e 746/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 646 e 647/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 492, 612, 633 e 743/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 716 e 812/07; e do Projeto de Resolução nº 034/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CHAFFIC ASSEF BUAINAIN, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1374/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EVALDO BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-4, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1751-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto a Diretoria Geral, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2149/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11335, datado de 07 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DOUGLAS SANTOS NOGARE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2152/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11357, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCOS VINÍCIUS FREITAS DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2153/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11347, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDILSON PERUCELI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2154/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11347, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ICARO QUADRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2156/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11414, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FERNANDA SETENARESKI MAGRIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2158/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11412, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DELZANIRA PEREIRA BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2160/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11416, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE VANDERLEI GUERLLES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PP, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2161/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11408, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PATRICIA FRIZZO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2164/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11407, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEIDI DAIANA RUFFATO DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2168/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11423, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CECILIA HONORIO MIELKE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2170/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIZ CARLOS MANSAN, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2171/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11415, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CAROLINE BUGUERA RIGHI MORLOTTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2173/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11404, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIO MARQUES ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2174/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11406, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MERCEDES MENDES DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2178/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSIAS ISRAEL DIAS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2180/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11590, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLEVER WILSON DE AGUIAR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mil-tinho Pupio, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2181/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11768, datado de 21 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE VERGILIO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, deste Poder, a partir de 01 de novembro de 2007, ficando a mesmo autorizado a prestar serviços de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2182/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 11605, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover AFARIDES PEREIRA CAMARGO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2183/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11608, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAFAELA NASCIMENTO PASSOS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2184/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11737, datado de 21 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA TERESA GOMES DE OLIVEIRA RIBAS, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2185/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11702, datado de 20 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RENATO ALVES GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2186/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11704, datado de 20 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EVANDRO BERNARDI VONSCHARTEN, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2187/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11705, datado de 20 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAQUEL SILVEIRO PENA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2188/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11599, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ACIR DEQUECH FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2189/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11593, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover NAYANA LAUREK DECHICHE, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2190/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11598, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PATRICK VALLE AREAS, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2191/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11598, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARISTELA SCHMIDT CASAGRANDE, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2192/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11596, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO BAHNET DE CARMAGO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2193/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11601, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLA CECCON, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2194/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11600, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GUILHERME COTAIT NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2195/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11597, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2196/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11595, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLAUDEMIR BARBOSA COLERAUS, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2197/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11527, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANA PAULA ORLANDINI ANICETO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2198/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11526, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover URIAS BRUNO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2199/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11525, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CYNTHIA MARIA GONZAGA NATAL TANUS, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2200/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11594, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUIZ FORNAZZARI NETO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2201/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11611, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE ROBERTO ANDROUKOVITCH, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2202/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11703, datado de 20 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CRISTIANO HOTZ, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2203/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11769, datado de 21 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0497-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE ODAIR BONACIN, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0683-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ARAI DE LARA BELLO FILHO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.07.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0942/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LETICIA CHRISTINA BASSLER, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0968-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSIAS ISRAEL DIAS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1498/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5498, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOELSON JUK, do cargo em Comissão, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2075/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EVALDO BARBOSA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Coordenadoria do Cerimonial, a partir de 31 de janeiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.01.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2150/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11334, datado de 07 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCOS CARDOSO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2151/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11346, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDSON JOSE RIBEIRO DA FONSECA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2155/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11358, datado de 08 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EWELYN ADRIANE CHAVES DE ARAUJO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2157/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11413, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CEZAR NILDO VICENTE DE LIMA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2159/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11411, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PEDRO DEBONI LUPION MELLO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2162/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11410, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, IDEMAR ANTONIO POZZEBON do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2163/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11409, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANA MAGDA VILLAR DE ARRUDA BANDEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2165/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11417, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SIMONE BUENO DE MIRANDA LAGANA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2166/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11422, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PAULO ORTIZ LEMES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2167/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11421, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SUELENA TEREZINHA PIEKARSKI CLAUDINO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2169/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11424, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CESAR AUGUSTO CARNIERI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2172/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11405, datado de 12 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE MIGUEL DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2175/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11523, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELSA DE LIMA MARTINS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2176/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11524, datado de 13 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EMERSON LUIZ DA SILVA NOLL, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2177/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSIAS ISRAEL DIAS, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2205/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11588, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEILA CRISTINA PASCOAL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2206/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11604, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FERNANDO LUIS MARTINS DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2207/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11609, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VILMA DE PAULA CAPISTRANO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2208/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11591, datado de 19 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, KASSIMELIA PUPIO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 30 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2209/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11763, datado de 21 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TEREZINHA VERA VASQUEZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2210/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEANDRO ZEN KARAN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de novembro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portaria DAT**

PORTARIA Nº 0273/2007 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903300	2000	100	22.681,00
33904100	2000	100	15.159,00
33904600	2000	100	137.770,00
33909200	2000	100	22.390,00
			198.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903700	2000	100	198.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1ª Secretário

Publicações Administrativas:**Contrato de Fornecimento de Açúcar**

Protocolo: 10083/07

Data: 02/10/07

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AÇÚCAR**CONTRATANTE:**

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada pelo Diretor Geral Sr. Abib Miguel, portador da Cédula de Identidade RG nº 320.163-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.501.049-04.

CONTRATADA:

Comercial Bora & Filho Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Estrada do Rio Verde Acima, s/nº, Caixa Postal nº 196, Faxinal do Tanque, Araucária, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.094.110/0001-10, Inscrição Estadual nº 902.30725-70, Registro na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41204430899, neste ato representada pelo sócio gerente Sr. Marcos Adriano Bora, portador da cédula de Identidade nº 5.936.849-1-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 921.925.809-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Integram e complementam o presente termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/07 juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada, tendo por objetivo o fornecimento de açúcar, conforme descrito na Cláusula Segunda do presente instrumento.

Parágrafo Único: O fornecimento do objeto do presente contrato compreende atendimento no âmbito deste Poder de acordo com a necessidade de seus setores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

Conforme apresentado por ocasião da abertura dos propostas os preços praticados serão os seguintes:

Item	Quant.	Especificações	Marca	Preço Unitário
1	1000	1.000 quilogramas/mês de açúcar refinado especial, 100% puro, de 1ª qualidade, em embalagens de 1 quilo, que não tenha transcorrido 1/3 da sua validade, acondicionados em fardos com 10 unidades.	Alto Alegre	R\$ 0,87

Parágrafo Único: O preço máximo global mensal será de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal, correspondente ao fornecimento realizado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA:

O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias após o pedido efetuado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Contrato estará em vigor de 01/01/2008 a 31/12/2008.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma fracionada durante o período de vigência.

Parágrafo Único: As quantidades solicitadas são baseadas em estimativas de consumo, não configurando obrigatoriedade de consumo, podendo haver variações nas quantidades mensais solicitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECURSO FINANCEIRO:

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro: 3390.3939.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convecionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento ajustado;

II - dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato; e,

III - comunicar formalmente a CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias, a necessidade de modificações nas condições ajustadas.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - Prestar o fornecimento dentro do prazo de entrega e na forma estabelecida pela CONTRATANTE e demais normas que se refiram ao presente objeto e suas características;

II - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;

III - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 018/07; e,

IV - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL:

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, artigo 86 a 88 da Lei nº 8666/93 e responsabilidade civil e penal:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento); e,

II - Até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

O presente Contrato deverá ser rescindido caso ocorram quaisquer fatos indicados no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro; na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações; na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002; no Decreto Federal nº 5450, de 31 de maio de 2005; na Lei Estadual nº 15117, de 12 de maio de 2006; no Decreto Estadual nº 4880, de 16 de outubro de 2001; aplicando-se-lhe supletivamente os preceitos de direito público; princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação aplicável referida na Cláusula Décima Primeira e dos Princípios Gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA:

A CONTRATADA assegura a garantia dos produtos fornecidos, comprometendo-se a imediata substituição dos mesmos caso apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo, conforme artigo 18 e seguintes da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, em 01 de janeiro de 2008.

(aa) ABIB MIGUEL

Contratante

MARCOS ADRIANO BORA

Contratada

